



O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NO EPICENTRO DO FURACÃO: A PRECARIZAÇÃO IMPIEDOSA CONTINUA

WORK AND EDUCATION IN THE EPICENTER OF HURRICANE: MERCILESS PRECARIZATION CONTINUES

SEVILLA, João Camilo¹

RESUMO

O presente trabalho visa ao alargamento das discussões acerca da função social encarnada pela educação e pelo trabalho na sociedade contemporânea. É imperioso um olhar mais pormenorizado a respeito do panorama em que a população – sobretudo a brasileira – se vê mergulhada. As recentes disputas no seio da política nacional revelam um objeto precioso para desvendar, explicar e, principalmente, buscar a compreensão do caos deflagrado pelas discutíveis reformas cujos desdobramentos não apontam um horizonte alentador. A relação entre trabalho e educação é, inegavelmente, um ativo importante para reflexão do cenário profundamente enfermo ao qual a população assiste cada vez mais 'conformada'. Este trabalho lançar-se-á em busca de um ponto de inflexão em relação à fragilidade, alienação e precarização de que são vítimas os conceitos concernentes ao trabalho e à educação, uma vez que ambos se veem gradativamente asfixiados pela lógica dominante do capital.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; educação; sociedade; capital; precarização.

ABSTRACT

The present paper aims to extend the discussions about the social function embodied by education and work in contemporary society. It is imperative to observe at length the panorama in which the population - especially the Brazilian one – find themselves plunged into. The recent disputes within the national politics show a precious object to uncover, explain and, particularly, to seek the understanding of the chaos triggered by the controversial reforms whose ramifications have not a heartening horizon. The relationship between work and education is, undoubtedly, an important asset that reflects the deeply sick scenario Brazilian population watches increasingly 'conformed to'. This work shall be searching for an inflection with regard to the frailty, alienation and loss that victimize work and education, since both have been gradually throttled by the dominant logic of capital.

KEYWORDS: work; education; society; capital; precariousness.

¹ Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9307-3628> . e-mail: joaocsevilla@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Aliado à hipertrofia financeira, à doutrina liberal e adaptado aos dinâmicos e novos padrões tecnológicos de produção e organização social do trabalho, um novo regime de acumulação do capital emergiu no século XX. O resultado é o aumento da pobreza, dos índices de desemprego e da precarização do trabalho. Este quadro repercutiu de forma sintomática, promovendo o fortalecimento e surgimento de diversos movimentos sociais cujo posicionamento pregava uma antiglobalização.

Na esteira das vicissitudes pelas quais o mundo passa, é imperativo destacar a teoria do capital humano, cuja ideia fundamental alega que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital relacionado à produtividade fruto da intensidade de 'treinamento científico-tecnológico e gerencial' que cada trabalhador adquire ao longo de sua trajetória. No bojo da questão delimitadora do papel do trabalho na sociedade hodierna, é imperativo promover a reflexão a respeito do quão nociva e pífida se mostram as lógicas das classes dominantes acerca do *ethos* do trabalho na sociedade globalizada.

Nesse sentido, mostra-se importante também a forma como educação e trabalho interagem entre eles; a educação serve como um dispositivo para potencializar o trabalho e, por isso, se constitui em um investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico (FRIGOTTO, 1986, p. 13). Quando se atribui 'qualidade' ao trabalho, a educação passa, então, a ser um componente promotor da redução da desigualdade econômica e social, uma vez que proporciona o aumento da 'produtividade' da força de trabalho. À educação, é conferido um valor econômico e social.

Nos anos 80 e 90, uma 'reestruturação produtiva' põe em xeque a 'teoria do capital humano', que é ressignificada e redimensionada em decorrência da mudança do regime de acumulação do capital – também conhecido como globalização – e da inserção das novas formas tecnológicas referentes à produção e à organização do trabalho. É indispensável rememorar um elemento histórico valioso: o desenvolvimentismo se apresentava, nos anos em que vigorou a ditadura militar, como modelo hegemônico no país até a chegada de um novo ciclo liberal na década de 80, o que reconfigurou o cenário traçado pelos intelectuais orgânicos a serviço do capital internacional, ao qual o Brasil era – e continua sendo – subserviente. No bojo das discussões da remodelação pela qual a economia do mundo e do Brasil passaram, é interessante registrar que a população chilena vivenciou ainda nos anos 70, sob o governo do ditador Augusto Pinochet, ou seja, antes do Brasil, a mudança de regime de acumulação de capital e um novo ciclo liberal, que alimentaram e promoveram desigualdades sociais de que até hoje o Chile é refém.

No milênio em que nos encontramos, a educação passa a exercer outra função de acordo com a 'teoria do capital social': aprimorar o 'capital humano', para dinamizar a competitividade e a produtividade do ser humano e a de 'fabricar' uma 'cultura cívica'



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

como ferramenta essencial para construir uma 'sociedade solidária', 'harmônica', 'confiável', 'da paz' – características taxadas como imprescindíveis para o alívio à pobreza. Nota-se, dessa maneira, o alargamento do papel da educação e a consequente restrição relativa à sua função política.

DESENVOLVIMENTISMO E CAPITAL

O desenvolvimentismo voltou à tona em território brasileiro de forma mais marcada e aparente com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, figuras políticas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). O modelo desenvolvimentista é caracterizado pela sua concentração e associação ao capital internacional. O desenvolvimentismo apregoa que a educação é dispositivo fundamental para a sonhada modernização e competitividade, étimo tão alardeado pelos ideólogos vinculados intimamente ao capital financeiro. Estes ideólogos se revelam um diferencial para a disseminação da crença de que a 'desigualdade social' não é uma questão orgânica inerente ao sistema capitalista em seu conjunto. Os intelectuais aliados ao capital expressam seus pontos de vista moldando a realidade de acordo com seus interesses, que não objetivam a emancipação das classes subalternizadas dos mecanismos de dominação controlados pelas classes hegemônicas. Isso se percebe pela forma como a questão da desigualdade foi reduzida para uma questão de 'não qualificação'; a tática da responsabilização de atores como o trabalhador e a escola se revela cada vez mais intensa e convincente junto à população.

Com o passar dos anos e com as transformações às quais a ciência se vê intrinsecamente apegada, é irreversível o processo de alterações em que se interconectam – e de que fazem parte – educação e trabalho. As funções de que ambos eram representantes assumem, de acordo com as metamorfoses que se constroem, outros papéis, o que segundo Gentili (1998) ocorreu com a escola, que adquiriu 'função econômica de inserção', deslocando-se de sua antiga 'função econômica integradora' e se tornando um mecanismo direcionado para a 'educação para o desemprego'.

A teoria de que a educação é um investimento em capital humano social foi desnudada: as economias podem crescer e conviver com uma elevada taxa de desemprego e significativa parcela da população alijada dos benefícios do crescimento econômico (GENTILI, 1998, p. 53-54). A promessa 'integradora' bastante recorrente em discursos progressos foi abruptamente substituída por outro juramento: a 'promessa da empregabilidade', que é eminentemente de caráter privado, longe do ideário que preza o coletivo. Além disso, pode-se aferir que a lógica da integração relacionada às necessidades e demandas de caráter coletivo, entre as quais se destacam a economia nacional, a riqueza social e a competitividade das empresas, deu lugar a outra ordem, a outro projeto ainda mais excludente para os mais desprivilegiados. A ênfase na capacidade individual,



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

entre outras características, se sobrepôs a outras habilidades, conquistando espaço e simbolizando os novos tempos capitalistas.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E POBREZA: A DELICADA RELAÇÃO QUE OS UNE

Intelectuais atrelados a interesses do capital preconizam a necessidade de estabelecer organizações internacionais, principalmente o Banco Mundial, como articuladores de ações que removam a centralidade desempenhada pelo 'trabalho como categoria sociológica para entender a vida social'(FRIGOTTO, 2000, p. 142). A partir do significado dos vocábulos 'compreender' e 'entender', cabem análises que destrincham de forma detalhada as dessemelhanças existentes entre eles.

Compreensão histórica supõe um duplo e simultâneo movimento, 'explicar' e 'compreender'. Explicar exige identificar as relações e conexões fundamentais dos fenômenos sociais cuja objetividade se expressa na própria materialidade da organização social, isto é, na distribuição dos seres sociais em classes sociais estabelecendo determinações efetivas, porém maleáveis (FONTES, 2009, p. 210)

O escudo do capitalismo calcava-se no binômio que concernia à democracia e ao desenvolvimento, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial como seus responsáveis (PEREIRA, 2009). Tomando essa lógica, Fontes (2009) percorre um caminho para apresentar as dissonâncias entre 'compreender' e 'entender', nem sempre perceptíveis aos olhos de leigos e estudiosos.

Compreender implica apreender e entranhar-se dos sentidos e significados, muitas vezes contraditórios, e mesmo antagônicos, que atravessam a experiência da vida social e plasmam a sociabilidades diversas. A contraposição entre explicar, conhecer ou saber e compreender, sentir ou afetar-se atravessa as ciências sociais, ao menos desde Weber (1992), que enfatiza fortemente o elemento compreensivo em detrimento do explicativo (FONTES, 2009, p. 210).

Organismos internacionais passam a encarar o investimento em 'capital social' como nevrálgico para países ditos pobres e emergentes a fim de lograr êxito na abertura de seus mercados; palavras como 'renovação cívica', 'solidariedade', 'confiança' e 'potencial produtivo' são utilizadas de forma constante e se tornam corriqueiras, incorporando-se à ideologia vigente. O discurso em torno da empregabilidade se fortifica



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

ainda mais. Nos anos 90, entre 92 e 99, anos em que as políticas neoliberais foram colocadas em prática de forma efetiva, o contraste delineado por tais políticas e o aumento da pobreza ganharam contornos dramáticos, com a fome de milhões de brasileiros sendo retratada em diversas capas de revistas e jornais mundo afora. A pobreza foi, segundo Chossudovsky (1999), globalizada. Observa-se a aparição de uma nova etapa relativa à educação: o 'educar para sobreviver'.

A pobreza, nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 90, é tida como uma ameaça à estabilidade econômica dos países centrais, capaz de alavancar a procriação de grupos com práticas classificadas como terroristas (FUKUYAMA, 2005, p. 40). O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) se encarregou de projetar a tríade envolvendo crescimento econômico, distribuição de renda e redução de pobreza como meta nesse novo milênio. Esse projeto foi elaborado em 2000, na Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo claro de definir os PDMs (Políticas de Desenvolvimento do Milênio).

O discurso calcado na superação das barreiras culturais e políticas, acompanhado do mote de combate à pobreza, não obteve o êxito desejado no contexto da intensa globalização em que a sociedade se vê inserida. Não é suficiente o investimento em capital humano para dirimir os grandes obstáculos erguidos pelas medidas globalizantes, logo é fundamental o investimento poderoso em capital social. A ideia de que o desenvolvimento econômico e social, em qualquer formação histórico-social, necessita da centralidade da questão cívica, como alega Putnam (2002), é um pensamento que se 'encorpa' e alcança um status importante nos anos 2000. 'Uma sociedade com elevados graus de consciência cívica, de solidariedade e de confiança entre seus membros e instituições atingem níveis de bem-estar superiores' (PUTNAM, 2002).

A pobreza é caracterizada como condição responsável pelas 'privações múltiplas', as quais afetariam o 'potencial de realização' do cidadão que pertence às classes mais desfavorecidas. A pobreza, então, a partir dessa visão, não seria apenas uma questão de renda, mas englobaria a questão de liberdade de escolha e de oportunidades para lapidar e potencializar talentos e habilidades detectadas (SEN, 2001).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2004, define a exclusão social como "a incapacidade de um indivíduo de participar do funcionamento básico político econômico e social da sociedade em que vive", ou "a negação do acesso igualitário a oportunidades impostas por alguns grupos da sociedade a outros" (BID, 2004, p. 5). Trata-se de um paradigma que tem em vista a superação da pobreza por intermédio da colaboração e da cooperação de cidadãos no processo de alargamento do acesso da população desprivilegiada a benefícios e bens socioemocionais já acessíveis na civilização. Em relação às medidas sinalizadas e desejadas pelos organismos internacionais, Motta (2009) faz análise assaz pertinente.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

Como expressão desse consenso entre as principais agências multilaterais, as medidas anunciadas e objetivadas pelas PDMs visam a: promover mudanças institucionais baseadas na 'boa governança', isto é, na formação de um ambiente de cooperação entre Estado-mercado-sociedade civil em vários níveis, local, nacional, regional e global, de forma a instaurar um ambiente de estabilidade econômica e, principalmente, política; construir uma 'cultura cívica' pautada em valores de solidariedade e de cooperação, e que venha a fortalecer os laços de confiança entre indivíduos e instituições como forma de construir o bem-estar social; operar um tipo de desenvolvimento que não se restrinja ao âmbito econômico, mas que inclua noções de responsabilidade social e ambiental, compreendido como desenvolvimento sustentável, já que o padrão de desenvolvimento, de produção e de consumo dos países centrais não pode mais ser reproduzido nos países ditos 'emergentes' sem implicações ambientais (MOTTA, 2009, p. 562).

Percebe-se, nos últimos anos, um processo profundamente aligeirado de caráter economicista ou produtivista no campo da educação. A inserção de elementos associados a características humanizantes, éticos e moralmente direcionados para a 'conformação da vontade' aparecem de forma cada vez mais nítida. Entretanto, o risco de ruptura de coesão social e a pobreza assombram os setores dominantes – embora novas bases ideológicas sustentem o claro objetivo de despolitizar o proletariado.

HISTÓRIA E DETERMINAÇÃO: INFLUÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO

É inegável que a historicidade constitutiva do processo de trabalho – e do processo de educação – auxilia no entendimento e na compreensão das mudanças apresentadas ao longo do tempo, principalmente no século XX, diga-se de passagem. Nesse sentido, cabe, também, um olhar acurado sobre vocábulos como 'determinismo' e 'liberdade', já que ambos são alvo de incessante discussão no mundo atual, o qual é frequentemente avassalado pelas 'intermináveis' disputas e reviravoltas. 'Determinismo' e 'liberdade' se reúnem de maneira dita aparente desde a época do jusnaturalismo, teoria consolidada, sobretudo, por Hobbes e Locke. O jusnaturalismo se baseia na cristalização de uma natureza possessiva (MACPHERSON, 2004), obrigando a 'castração da liberdade' pelo poder outorgado ao Estado (seja absolutista, como em Hobbes, seja liberal, como em Locke e Montesquieu) 'em prol da garantia e conservação de um certo tipo de propriedade'. Marx (1991, p. 50) expõe de forma cristalina o envolvimento entre 'escolhas' e 'liberdade': "O homem não se libertou da religião, ele obteve a liberdade religiosa. Ele não se libertou da propriedade. Ele obteve a liberdade de propriedade. Ele não se libertou do egoísmo do ofício, ele obteve a liberdade de ofício".



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

No bojo revelador desse cenário, a lógica de acumulação do capital surge como determinismo econômico reclamado pelos proprietários de recursos sociais de produção. É essa movimentação para qual se apela no momento em que se forja uma sociabilidade determinada de forma rigorosa pelo mercado, que, desde seu primórdio, comete expropriações de classes subalternizadas – a expulsão de trabalhadores rurais do campo ou a impulsão destes às cidades constituem um exemplo emblemático das relações de poder que tolfem a liberdade de grupos não-hegemônicos.

É imperioso mencionar que, mesmo para os setores mais hegemônicos da sociedade, a 'liberdade' de que insistem em fazer a defesa é mecanismo demasiado fraco para eliminar a fonte crucial de sofrimento, que é, apesar de tudo, a própria acumulação. A respeito da acumulação, Fontes (2009) assevera o quão engenhosas são as engrenagens referentes à defesa implacável da lógica de acumulação.

Mesmo para estes setores dominantes, uma tal liberdade é incapaz de eliminar a fonte central de sofrimento (a imperiosidade naturalizada da acumulação), pois é ela também a fonte fundamental da amputação da própria liberdade. A contradição é insolúvel. A vida amputada torna-se a regra: são amputados de liberdade os que não detêm os recursos necessários para uma liberdade amparada no mercado e na acumulação; mas são também amputados os que detêm os recursos necessários, pois, em primeiro lugar, sua liberdade é ineficaz para alterar sua própria limitação; em segundo lugar, sua liberdade real, garantida pela acumulação e pela propriedade de recursos sociais extraordinários, esbarra num mundo crescentemente desfigurado socialmente, no qual suas eventuais 'altas' expectativas são sempre frustradas e frustrantes; por fim, se as promessas entrevistas pela liberdade real, porém limitada, dos que detêm o capital são irrealizáveis, tendem a constituir-se como um terreno do futuro sempre por vir, acantonando-se num discurso duplo: o da absoluta impossibilidade do 'não há alternativa' tornado gêmeo com o 'tudo é possível'² (FONTES, 2009, p. 213).

²Koyré destaca, para um período de transição histórica – a Renascença –, a situação na qual a perda das referências ontológicas precedentes, tomistas (considerada a ontologia como a maneira pela qual se pensava o ser social e o próprio mundo), sem a correlata constituição de uma nova ontologia, que apenas paulatinamente se instaurava, gerou um processo no qual um verdadeiro 'naturalismo mágico' se generalizaria, com a suposição de que 'tudo era possível'. Ver Koyré, 1991, p. 46-55.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

DEMANDAS, LUTAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E LIBERDADE EM UM MUNDO DITADO PELA INFLUÊNCIA DO CAPITAL

O mundo é – e provavelmente sempre será – constituído por forças que se projetam, desencadeiam disputas e promovem lutas pela ocupação dos espaços de poder. As reivindicações, que têm se tornado cada vez mais amplas e variadas, compõem 'o extenso rol de modalidades pelas quais se expressam populações e grupos sociais' de forma menos ou mais imediata, ou seja, direcionadas para questões consideradas delicadas (embora, de vez em quando, fragmentadas) do conjunto das demais relações nas quais tomam corpo.

O capital, para conseguir encarnar uma relação econômica a que ele se propõe, precisa modular a 'organização da totalidade da vida social', necessita produzir uma classe operária 'livre', ou seja, uma classe sempre presente e disponível física e psicologicamente para servi-lo. O horizonte que temos acompanhado provê uma existência humana limitada a dimensões de cada vida singular, 'encapsulada em sua solidão', em termos biológicos, culturais e identitários. No âmago do papel que a forma de organização social capitalista detém na nossa era, Fontes (2009) reforça os fortes laços de poder que o capitalismo exerce sobre nossa sociedade.

Ora, a única sociedade, historicamente falando, diretamente regida pelo econômico é a capitalista. Somente nessa configuração de classes o econômico é erigido prática, social e intelectualmente como entidade externalizada, é vivido e experimentado de maneira naturalizada e essa imposição se apresenta como se tivesse caráter permanente e eterno. Tragicamente, desde seus primórdios, seus ideólogos procuraram cravar intelectualmente tal característica na própria natureza humana, convertendo o que é sua peculiaridade histórica (e transitória) própria em determinismo abstrato da existência humana (Fontana, 1982). A condição histórica do capitalismo se converte, tanto na dimensão intelectual quanto na existência concreta e singular (de cada um de nós) sob tal configuração, em determinismo absoluto (FONTES, 2009, p. 216).

É na sociedade capitalista moderna em que se observa o fator econômico como elemento fulcral com caráter decisório e 'isolável da existência social'. A expropriação, termo assiduamente utilizado para a análise de situações imanentes ao capitalismo, é 'condição inicial, meio e resultado da exploração capitalista'. O pensamento de que a vida biológica só pode ser completamente assegurada se for 'materialmente produzida' ainda se faz muito presente na era em que vivemos. A esse pensamento, surge, estreitamente relacionado, o pensamento economicista que demonstra seu caráter hegemônico de



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

diversas formas. Este pensamento faz questão de desconsiderar a historicidade e a socialização, inclusive as diferentes sociabilidades, que promovem e agregam uma consciência humana extremamente significativa nos dias atuais.

Sobre a reprodução humana, cabe lembrar que se trata de uma reprodução social e histórica. Ela incorpora, além das necessidades primeiras, outras necessidades que são moldadas historicamente; estas diferentes necessidades são fruto da atividade social e do trabalho. No momento em que uma conversão em 'trabalho' é efetivada, ao 'humanizar-se', essa atividade estabelece notórias diferenças com a atividade primeva, ainda que exista a incorporação de uma exigência indispensável: a exigência da sobrevivência. Contraditoriamente, quanto mais a produção da existência torna-se amplamente socializada, menos existem garantias da satisfação das necessidades humanas (FONTES, 2009).

Nesse caminho, Engels se propõe a elevar o papel do trabalho até o centro do processo de humanização do ser humano. Lukács (2004) também articula uma teoria contundente acerca da função social confiada ao 'trabalho'.

[...] através do trabalho, se realiza uma posição teleológica dentro do ser material enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim é que o trabalho se converte, por um lado, em modelo de toda práxis social na medida em que nesta – ainda quando através de mediações muito diversificadas – se realizam sempre posições teleológicas, em última instância, de ordem material (LUKÁCS, 2004, p. 62).

A partir dessa linha de pensamento, nota-se que a atividade 'criativa', 'criadora', 'autotransformadora', da qual o 'trabalho é plataforma', configura a humanidade em seu sentido mais amplo. No bojo da definição do que pôde ser compreendido como trabalho, a partir da forma de organização social capitalista e da relação social capitalista, responsáveis diretas pela formação de seres sociais disponíveis física e mentalmente para um mundo inteiramente mercantilizado, a subordinação massiva de trabalhadores pretensamente 'livres' à força unificadora e exploradora do capital é cada vez mais aniquiladora para a consciência humana.

MAIS-VALIA RELATIVA E MAIS-VALIA ABSOLUTA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA DISSECAR O BINÔMIO EDUCAÇÃO / TRABALHO NO MUNDO DE HOJE EM DIA

Os conceitos de mais-valia relativa e mais-valia absoluta adquirem, à medida que o tempo passa, fundamental importância para articular uma análise mais acurada sobre a profunda crise em que educação e trabalho se veem mergulhados. Tempos nos quais há



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

um esforço enorme em prol da supressão de termos como 'capitalismo', 'classe', 'dominação', 'desigualdade' e 'exploração' por parte dos ideólogos ligados ao grande capital. A fragilização (trasvestida de 'flexibilização' pelos autores defensores das políticas neoliberais) das leis trabalhistas e a série de medidas que enfraquecem as condições das classes trabalhadoras são, hodiernamente, cada vez mais visíveis. Nesse sentido, é importante recorrer às palavras de Frigotto e Ciavatta (2003) para discorrer sobre a teoria de Marx de 'mais-valia relativa' e 'mais-valia absoluta'.

Uma maior exploração pode dar-se mediante a extensão da jornada de trabalho, aumentando as horas de trabalho não pago ou de sobre-trabalho. Isto consubstancia a mais-valia absoluta. Há um aumento de produção de mercadorias ou serviços pela ampliação da jornada de trabalho. No início do capitalismo, vamos encontrar jornadas de trabalho de até 18 horas. Com a incorporação da ciência e da técnica, bem como com a criação de métodos e estratégias de gerência científica do trabalho, o capital acelera o ritmo do trabalho e da produção e, em menos tempo, produz mais mercadorias. Gera um aumento exponencial de produção de mercadorias e serviços pelo aumento da produtividade (intensidade) do trabalho. Isso consubstancia o que Marx denominou de mais-valia relativa (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 50-51).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário a que assistimos atualmente é estarrecedor: movimentos sociais duramente reprimidos, tratamento concedido à educação e ao serviço público em geral cada vez mais vil, desmantelamento aligeirado das políticas sociais, enxugamento de gastos calcado de forma falaciosa em uma pretensa preocupação com o bem-estar da população, defesa irrestrita de um Estado mínimo por parte de grande parcela dos brasileiros, atraso salarial se tornando uma constante para servidores públicos no estado do Rio de Janeiro e aumento vertiginoso da criminalidade e de um discurso que se assemelha ao do fascismo são algumas das tendências em voga atualmente. Urge a necessidade de construir uma sociedade 'dentro dos princípios de igualdade, solidariedade e democracia voltados para emancipação humana (MOTTA, 2009, p. 566)'. Nesse sentido, é necessária uma reunião de forças para que esse projeto se materialize. Classes populares e intelectuais 'devem remar juntos' para que esse plano de nação soberana e emancipada seja construído. Gramsci (2001) se refere ao conhecimento e à contribuição que povo e intelectuais podem oferecer alertando sobre os perigos de que ambos podem ser vítimas: "O elemento popular 'sente', mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e, menos ainda, 'sente'. Os dois



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo” (GRAMSCI, 2001, p. 221-222).

É importante atentar para o fato de que a dominação cultural emerge como poderoso mecanismo para disseminar a ideologia neoliberal vigente como mostra Jameson (2001). Outra consideração importante remete aos direitos – alguns deles, inclusive, estão ameaçados na atual conjuntura político-econômica. Citando Marshall (1967), Frigotto e Ciavatta (2003) formulam uma explicação que permite uma compreensão importante envolvendo os diferentes tipos de direitos de que os cidadãos dispõem.

Marshall trabalha com os direitos individuais. Os primeiros a serem conquistados foram os direitos civis, que são os direitos à integridade física, à liberdade de ir e vir e de palavra. Historicamente, a estes seguem-se os direitos políticos, o direito de votar e ser votado. Seriam os direitos sociais, o direito aos benefícios da riqueza social (habitação, saúde, educação, etc.) os mais tardios a serem conquistados no mundo ocidental (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 54-55).

No âmbito educacional, observa-se como a ‘teoria do capital humano’ modificou as relações que se entretinham antigamente. O surgimento dela representou uma explicação reducionista da não universalização das políticas regulatórias e do Estado de Bem-Estar como indica Hobsbawm (1990 e 1995). Evidencia-se o caráter cada vez mais perverso de que fazem parte os binômios educação/treinamento e saúde/produzitividade. A educação é associada de forma cada vez mais linear ao treinamento e a saúde à produzitividade.

Em um mundo onde educação e trabalho foram apropriados pela lógica do capital, a pesquisa, a reflexão e o debate assumem uma condição libertadora para enfrentar os atuais desafios e os conflitos que se avizinham. A sociedade civil, que no sentido gramsciano assume condição de espaço da política, da disputa de poder e da dominação (direção política, moral e intelectual), é terreno fértil para as lutas que ocorrem, para os embates envolvendo forças hegemônicas e forças contra-hegemônicas. A resistência é caminho permanente, já que “Quando tínhamos todas as respostas, mudaram as perguntas” (GALEANO, 1994).



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

REFERÊNCIAS

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Reducción de la pobreza y fortalecimiento del capital social y la participación: La acción reciente del Banco Interamericano de Desarrollo*, Santiago do Chile, 20 set. 2001.

_____. *Los objetivos de desarrollo del milênio en América Latina y el Caribe: retos, acciones y compromisos*. Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, DC, jan. 2004.

BIRD. Banco Mundial. *Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001*. Banco Mundial, Washington, DC, set. 2000a.

_____. *Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília, DF: Banco Mundial, jun. 2000b.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado. *Trabalho, Educação e Saúde* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-60, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

FONTANA, Josep. *Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Grijalbo, 1982.

FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação e Saúde* (Impresso), v. 7, p. 209-229, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A educação e a crise do capitalismo real*. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. 1986. *A produtividade da escola improdutiva*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

_____. 2002. *A Produtividade da escola improdutiva*. 7a ed. São Paulo: Cortez.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradiva, 1995.

_____. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1994.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere. v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

HOBBSAWM, Eric. 1995. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1990. *Nações e nacionalismos desde 1760*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JAMESON, Fredric. 2001. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LUKACS, Georg. *Ontologia del ser social: eltrabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MACPHERSON, Crawford B. *La théorie politique de l'individualisme possessif*. De Hobbes à Locke. Paris: Gallimard, 2004.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

MARSHALL, Thomas H. 1967. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2., p. 749. 1991.

_____. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Teorias da mais-valia. Livro 4 de *O Capital*, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

MOTTA, Vânia C. Banco Mundial, pobreza e a ideologia do capital social. *Ser Social, Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB*, Brasília, n.18, jan./jun. 2006. p. 303-333.

_____. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 6, p. 549-571, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*, 2009. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

UNESCO. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). *Documento Final Plano Internacional de Implementação*. Brasília: Orealc, Unesco, 2005.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.46495

WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Pocket, 1992.

_____. 1991. *A questão judaica*. 2a ed. São Paulo: Moraes.

Recebido em 05 de novembro de 2019

Aceito em 17 de maio de 2020



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.